

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo – SP.

Tel. (11) 2202.8100
www.br.scotiabank.com



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

Sumário

Relatório da Administração	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultado	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração dos Resultado Abrangente	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Diretoria	12
Contador	12
Relatório do Comitê de Auditoria	13
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	14

Relatório da Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do Exercício: O Scotiabank Brasil encerrou o exercício de 2020 com um lucro líquido de R\$ 84.116 (2019 - R\$ 94.592), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 7,48% (2019 - 9,15%). Apresentou índice de Basileia de 19,06% (2019 - 27,20%) e Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 482.536 (2019 - R\$ 322.065). O Banco distribuiu dividendos no valor de R\$ 500 (2019 - R\$ 3.000) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 24.395 (2019 - R\$ 51.850), já deduzidos dos tributos incidentes. Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Responsabilidade Social: O Banco tem como política realizar patrocínios culturais, tendo destinado neste exercício um montante de R\$ 1.210.

Outras Informações: De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Agradecimentos: O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Disponibilidades	4	14.063	11.911	Passivos financeiros		10.141.162	5.187.103
Ativos financeiros		11.517.950	6.405.985	Depósitos	3k, 12	166.821	1.050.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	6.748.959	2.701.372	Captações no mercado aberto	3k, 13	937.305	424.583
Títulos e valores mobiliários	3d, 6	574.845	765.904	Obrigações por empréstimos	3k, 14	2.139.081	569.415
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	182.046	140.211		3k, 15,		
Operações de crédito	3f, 9a	1.625.844	1.764.016	Obrigações por repasses	24a	1.306.314	1.623.753
Operações de câmbio	3h, 10	2.344.951	993.501	Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	3.706.876	935.070
Outros ativos financeiros	11a	41.305	40.981	Operações de câmbio	3h, 10	1.798.495	491.208
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3g	(156.980)	(86.317)	Outros passivos financeiros	16a	86.270	92.075
Títulos e valores mobiliários	6c	(444)	-	Obrigações fiscais diferidas	19b	15.639	36.416
Operações de crédito	9c/d	(831)	(78)	Provisões para contingências	17d	28.528	27.181
Outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(155.705)	(86.239)	Outros passivos	3l, 16b	177.981	66.874
	3m,			Patrimônio líquido		1.151.917	1.095.991
Créditos tributários	19b/c	102.073	56.606	Capital social	18	796.879	796.879
Investimentos	3i	6	6	Reservas de lucros	18	347.384	292.468
Imobilizado de uso	3i	6.901	4.917	Outros resultados abrangentes	3d	7.654	6.644
Imóveis de uso		900	-				
Outras imobilizações de uso		18.224	16.001				
Depreciações acumuladas		(12.223)	(11.084)				
Intangível	3i	2.532	1.095				
Ativos intangíveis		3.418	1.746				
Amortizações acumuladas		(886)	(651)				
Outros ativos	3b, 11b	28.682	19.362				
Total do ativo		11.515.227	6.413.565	Total do passivo		11.515.227	6.413.565

Demonstração dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2020		2019
	2º		
Nota	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	69.420	979.794	410.980
Operações de crédito	9f (57.725)	421.069	103.978
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	94.156	228.342	228.483
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e (37.587)	(47.867)	76.041
Resultado em operações de câmbio	70.576	378.250	2.478
Despesas da intermediação financeira	41.150	(690.242)	(211.644)
Operações de captação no mercado aberto	(15.386)	(54.181)	(49.584)
Operações de empréstimos e repasses	56.536	(636.061)	(162.060)
Resultado da intermediação financeira	110.570	289.552	199.336
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(18.293)	(70.663)	(2.548)
Títulos e valores mobiliários	250	(444)	335
Operações de crédito	9d (751)	(753)	6
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d (17.792)	(69.466)	(2.889)
Resultado bruto da intermediação financeira	92.277	218.889	196.788
Outras receitas/(Despesas) operacionais	(45.804)	(89.904)	(79.936)
Receitas de prestação de serviços	10.882	19.064	13.867
Despesas de pessoal	(35.570)	(67.919)	(60.945)
Outras despesas administrativas	(14.468)	(25.574)	(22.633)
Despesas tributárias	(7.050)	(18.796)	(12.090)
Outras receitas operacionais	24b 1.038	4.235	2.751
Outras despesas operacionais	24b (636)	(914)	(886)
Reversões/(Despesas) de provisões para contingências	(966)	(1.339)	(929)
Trabalhistas	(779)	(800)	(36)
Fiscais	(185)	(537)	(893)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(2)	-
Resultado operacional	45.507	127.646	115.923
Resultado não operacional	-	(5)	(9)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros	45.507	127.641	115.914
Imposto de renda e contribuição social	(7.201)	(41.345)	(19.294)
Provisão para imposto de renda	(11.046)	(49.572)	(15.561)
Provisão para contribuição social	(8.897)	(37.240)	(12.513)
Ativo fiscal diferido	12.742	45.467	8.780
Participações nos lucros	(2.180)	(2.180)	(2.028)
Lucro líquido do semestre/Exercício	36.126	84.116	94.592
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	8,59	20,00	22,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2020		2019
	2º		
Nota	Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais	43.444	90.596	83.275
Lucro líquido ajustado	36.126	84.116	94.592
Lucro líquido do semestre/exercício	7.318	6.480	(11.317)
Ajustes ao lucro líquido	18.294	70.663	2.548
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	752	1.540	1.155
Depreciações e amortizações	-	-	2
Perda na baixa de imobilizado e intangível	19a,19b (12.696)	(67.070)	(15.931)
Impostos diferidos	17d 968	1.347	909
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	(493.015)	2.223.716	(1.130.256)
Variação de ativos e obrigações	126.986	(1.769.588)	(1.384.346)
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	347.732	192.895	154.898
Redução em títulos e valores mobiliários	(1.904.324)	2.729.971	114.177
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	200.813	138.172	(429.339)
Redução/(aumento) em operações de crédito	10 277.622	(44.163)	84.277
Redução/(aumento) em operações de câmbio	11a 6.888	(324)	2.000
Redução/(aumento) em outros ativos financeiros	11b (12.951)	(9.320)	7.853
(Aumento)/redução em outros ativos	12 56.573	(884.178)	737.073
Aumento/(redução) em depósitos	13 112.363	512.722	362.510
Aumento em captações no mercado aberto	-	-	(927)
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	14,15 180.804	1.252.227	(816.776)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	16a 64.687	(5.805)	59.571
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	16b 49.792	111.107	(21.227)
Aumento/(redução) em outros passivos	(449.571)	2.314.312	(1.046.981)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais	(2.914)	(3.289)	(1.163)
Atividades de investimentos	(1.136)	(1.672)	(338)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.136)	(1.672)	(338)
Aplicações do intangível	(4.050)	(4.961)	(1.501)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(4.050)	(4.961)	(1.501)
Atividades de financiamentos	(28.700)	(28.700)	(61.000)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(500)	(500)	(3.000)
Pagamento de dividendos	(29.200)	(29.200)	(64.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(29.200)	(29.200)	(64.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(482.821)	2.280.151	(1.112.482)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(482.821)	2.280.151	(1.112.482)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa	3.076.959	313.987	1.426.469
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/Exercício	4 2.594.138	2.594.138	313.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/Exercício	(482.821)	2.280.151	(1.112.482)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2020		2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	36.126	84.116	94.592
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Varição no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(4.015)	1.010	(1.890)
Títulos e valores mobiliários	(7.300)	1.836	(2.143)
Efeito fiscal	19b 3.285	(826)	253
Resultado abrangente	32.111	85.126	92.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.890)	-	(1.890)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	94.592	94.592
Constituição de reserva legal	-	4.730	-	-	(4.730)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	89.862	-	(89.862)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	(61.000)	-	-	(61.000)
Pagamento de dividendos	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.010	-	1.010
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.116	84.116
Constituição de reserva legal	18a -	4.205	-	-	(4.205)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	79.911	-	(79.911)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	18b -	-	(28.700)	-	-	(28.700)
Pagamento de dividendos	18b -	-	(500)	-	-	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Saldos em 30 de junho de 2020	796.879	29.136	265.731	11.669	45.591	1.149.006
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(4.015)	-	(4.015)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	36.126	36.126
Constituição de reserva legal	-	1.806	-	-	(1.806)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	79.911	-	(79.911)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	(28.700)	-	-	(28.700)
Pagamento de dividendos	-	-	(500)	-	-	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 25 de fevereiro de 2021. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** Com base na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720 e a Circular BACEN nº 3.959 o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, para as quais destacamos as principais mudanças:

Balanco patrimonial: • Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; • Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, créditos tributários, outros ativos, depósitos e demais instrumentos

financeiros, obrigações fiscais diferidas, provisão para contingências e outros passivos. **Demonstração dos resultados:** • Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentadas na linha "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito"; • Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira"; • Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "Reversões/(Despesas) de provisões para contingências"; • Resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: **a) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. **f) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **h) Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **i) Permanente:** • **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; • **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; **j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificadas perdas por *impairment*. **k) Depósitos, captações**

no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses: Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias. **l) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela IN RFB 1.942/2020. Nos termos da Emenda Constitucional nº 103, a partir de 1 de março de 2020 ficou estabelecida a alíquota de 20% da CSLL sobre o balanço que anteriormente era de 15%. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19c). **n) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **p) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do exercício em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21). **q) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **r) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 24d.

	2020	2019
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades	14.063	11.911
Moeda nacional	2.599	816
Moeda estrangeira	11.464	11.095
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.580.075	302.076
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	2.580.075	292.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.072
Total	2.594.138	313.987

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2020		2019	
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	6.045.917	703.042	6.748.959	2.510.045
Posição bancada - LTN	5.109.296	703.042	5.812.338	2.085.880
Posição vendida - LTN	936.621	-	936.621	424.165
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	191.327
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	191.327
Total	6.045.917	703.042	6.748.959	2.701.372

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a) Títulos para negociação

	2020				2019	
	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria						
LTN	495	891	1.386	1.345	152.691	152.663
NTN	-	9.930	9.930	9.695	15.551	15.246
Total	495	10.821	11.316	11.040	168.242	167.909

b) Títulos disponíveis para venda

	2020				2019		
	Sem vencimento	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	-	-	47.967	47.967	47.247	-	-
Subtotal	-	-	47.967	47.967	47.247	-	-
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾							
LTN	-	214.737	128.390	343.127	329.931	487.966	475.885
Cotas de fundo de investimento	33.799	-	-	33.799	33.799	32.477	32.477
Subtotal	33.799	214.737	128.390	376.926	363.730	520.443	508.362
Total	33.799	214.737	176.357	424.893	410.977	520.443	508.362

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

c) Títulos mantidos até o vencimento

	2020				2019			
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado
Carteira própria								
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.294	1.303	2.630	133.409	138.636	159.817	77.219	77.448
Total	1.294	1.303	2.630	133.409	138.636	159.817	77.219	77.448

(i) No exercício 2020 foi constituída provisão no montante de R\$ 444 (R\$ zero em 2019) em função do risco de crédito.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a) Contratos futuros

	2020		2019	
	Valor referencial	Ajuste a receber/ (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/ (pagar)
Posição comprada	25.400.227	(69.314)	12.386.524	(81.652)
DI	2.361.006	446	1.551.952	745
DDI	20.846.324	(71.209)	10.392.103	(81.068)
Dólar	2.192.897	1.449	442.469	(1.329)
Posição vendida	2.644.104	(1.534)	1.019.661	1.831
DI	525.726	(7)	716.951	(24)
DDI	2.118.378	(1.527)	240.234	1.639
Dólar	-	-	62.476	216

Em 31 de dezembro de 2020, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outros passivos financeiros" no passivo circulante, o montante de R\$ 18 (R\$ 27 em 2019), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações de swap e operações a termo

	2020			2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Por indexador						
Swap						
Posição ativa	3.989.542	54.804	135.924	2.928.187	69.937	132.817
CDI	3.989.542	54.804	135.924	2.928.187	69.937	132.817
Posição passiva	11.831.877	(3.235.576)	(3.695.896)	6.649.780	(780.252)	(926.475)
CDI	11.831.877	(3.235.576)	(3.695.896)	6.449.780	(768.407)	(917.105)
Prefixado	-	-	-	200.000	(11.845)	(9.370)
Operações a termo - NDF						
Posição ativa	922.685	35.095	46.122	323.059	8.484	7.394
Dólar	922.685	35.095	46.122	180.545	6.455	5.195
Prefixado	-	-	-	142.514	2.029	2.199
Posição passiva	451.577	(11.362)	(10.980)	310.365	(6.241)	(8.595)
Dólar	451.577	(11.362)	(10.980)	257.290	(5.616)	(8.099)
Prefixado	-	-	-	53.075	(625)	(496)
Total	17.195.681	(3.157.039)	(3.524.830)	10.211.391	(708.072)	(794.859)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

c) **Composição por vencimento:** O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2020				2019	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	6.976.686	4.435.760	1.871.066	14.760.819	28.044.331	13.406.185
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.342.322	1.802.066	1.443.210	11.233.821	15.821.419	9.577.967
Operações a termo - NDF ⁽ⁱⁱ⁾	623.570	596.462	131.901	22.397	1.374.262	633.424
Total	8.942.510	6.834.288	3.446.177	26.017.037	45.240.012	23.617.576

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. (ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d) **Segregação entre circulante e não circulante:** O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

Ativo	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Swap	43.158	92.766	135.924	36.813	96.004	132.817
Operações a termo - NDF	44.150	1.972	46.122	6.919	475	7.394
Total	87.308	94.738	182.046	43.732	96.479	140.211
Passivo						
Swap	(811.596)	(2.884.300)	(3.695.896)	(259.758)	(666.717)	(926.475)
Operações a termo - NDF	(10.088)	(892)	(10.980)	(5.593)	(3.002)	(8.595)
Total	(821.684)	(2.885.192)	(3.706.876)	(265.351)	(669.719)	(935.070)

e) **Resultados:** Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020, estão assim compostos:

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Futuros	(871.110)	3.940.009	301.038	
Swap	853.969	(4.109.061)	(220.912)	
Operações a termo	(20.446)	121.185	(4.088)	
Opções	-	-	3	
Total	(37.587)	(47.867)	76.041	

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de Risco de Crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprova-

ção das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>. **Hierarquia de valor justo:** Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo. **Risco de Mercado:** Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária. A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na Carteira Bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria. Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração. **Análise de Sensibilidade 1:** São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(193)	193
Exposição ao Cupom Cambial	(1.442)	1.442
Total	(1.635)	1.635
Carteira de Negociação + Bancária		
	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(6.945)	6.945
Exposição ao Cupom Cambial	(1.442)	1.442
Total	(8.387)	8.387

Análise de Sensibilidade 2: São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou

redução) sobre as taxas de câmbio atuais. É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(19)	(51)	(76)
Exposição ao Cupom Cambial	(144)	(677)	(1.016)
Total	(163)	(728)	(1.092)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(2.174)	(4.349)	(6.523)
Carteira de Negociação + Bancária			
	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(694)	(5.543)	(8.314)
Exposição ao Cupom Cambial	(144)	(677)	(1.016)
Total	(838)	(6.220)	(9.330)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(2.174)	(4.349)	(6.523)

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido da organização. No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2020					2019	
	Vencidas		A vencer			Total	Total
	Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Setor Privado							
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	30.026	127.782	161.722	319.530	140.263
Indústria	-	-	-	26.372	101.603	127.975	45.229
Comércio	-	-	-	-	-	-	4.821
Outros serviços - PJ	-	-	30.026	101.410	60.119	191.555	90.213
Nota de crédito à exportação (NCE)	-	263.665	260.165	521.822	260.662	1.306.314	1.623.753
Indústria	-	263.665	260.165	521.822	260.662	1.306.314	1.623.753
CCL Exportação com ACC - (nota 10)	122.111	11.341	220.461	80.692	-	434.605	415.715
Indústria	122.111	11.341	93.931	80.692	-	308.075	415.715
Outros serviços - PJ	-	-	126.530	-	-	126.530	-
Rendas a receber de ACC - (nota 10)	3.873	489	3.258	389	-	8.009	2.758
Indústria	3.873	489	279	389	-	5.030	2.758
Outros serviços - PJ	-	-	2.979	-	-	2.979	-
CCL Exportação com ACE - (nota 10)	-	78.567	-	-	-	78.567	81.200
Indústria	-	78.567	-	-	-	78.567	81.200
Rendas a receber de ACE - (nota 10)	-	-	-	-	-	-	411
Indústria	-	-	-	-	-	-	411
Variação cambial CCL Exportação com ACC/ACE (i)	28.784	(5.604)	4.211	(2.750)	-	24.641	3.683
Indústria	28.784	(5.604)	838	(2.750)	-	21.268	3.683
Outros serviços - PJ	-	-	3.373	-	-	3.373	-
Total	154.768	348.458	518.121	727.935	422.384	2.171.666	2.267.783

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas a carteira de crédito, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração das operações de crédito

	2020	2019
Principal devedor - (nota 24a)	1.306.314	1.623.753
Percentual sobre o total da carteira de crédito	60,2%	71,6%
20 maiores devedores	2.171.666	2.267.783
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	% mínimo de provisionamento requerido	2020			2019		
		Total da Carteira	Provisão mínima	Provisão Adicional ⁽ⁱ⁾	Provisão Total	Total da Carteira	Provisão Total
AA	0,0%	2.016.899	-	(1.769)	(1.769)	2.129.059	-
A	0,5%	-	-	-	-	15.525	(78)
G	70%	-	-	-	-	123.199	(86.239)
H	100,0%	154.767	(154.767)	-	(154.767)	-	-
Total		2.171.666	(154.767)	(1.769)	(156.536)	2.267.783	(86.317)

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
Saldo no início dos exercícios	(86.317)	(83.434)
Constituição de provisão	(70.219)	(4.096)
Reversão de provisão	-	1.213
Saldo no final dos exercícios	(156.536)	(86.317)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 343.025 (R\$ 105.396 em 2019). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f) Resultado de operações de crédito

	2020		2019	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Rendas de financiamentos à exportação	(63.790)	411.497	90.163	
Rendas de empréstimos	6.065	9.572	13.815	
Total	(57.725)	421.069	103.978	

10. Operações de Câmbio

	2020	2019
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	1.693.469	663.028
Direitos sobre vendas de câmbio	646.896	327.304
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - (nota 9a)	8.009	3.169
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(3.423)	-
Total	2.344.951	993.501

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2020	2019
Ativo circulante		
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	1.663.275	661.032
Câmbio vendido a liquidar	648.392	327.091
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (nota 9a)	(513.172)	(496.915)
Total	1.798.495	491.208

11. Outros Ativos:

a) Composição de outros ativos financeiros

	2020	2019
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	2.040	2.613
Outros	2	4
Subtotal	2.042	2.617

Ativo não circulante

Devedores por depósitos em garantia - (nota 17d)	39.263	38.364
Subtotal	39.263	38.364
Total	41.305	40.981

b) Composição de outros ativos

	2020	2019
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	23.191	13.734
Valores a receber sociedades ligadas	3.474	2.634
Outros valores e bens	641	828
Adiantamentos e antecipações salariais	234	995
Outros	699	662
Subtotal	28.239	18.853

Ativo não circulante

Outros valores e bens	345	509
Impostos e contribuições a compensar	95	-
Pagamentos a ressarcir	3	-
Subtotal	443	509
Total	28.682	19.362

12. Depósitos

	2020			2019	
	Sem vencimento	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	91	-	-	91	108
Depósitos a prazo	-	161.052	5.678	166.730	1.050.891
Total	91	161.052	5.678	166.821	1.050.999

Em 31 de dezembro de 2020 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 98% do DI (102,5% do DI em 2019).

13. Captações no Mercado Aberto: Em 31 de dezembro de 2020, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 937.305 (R\$ 424.583 em 2019), com vencimentos até fevereiro de 2021 e taxas que variam de 1,96% a 1,98% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

14. Obrigações por Empréstimos: As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 2.139.081 (R\$ 569.415 em 2019) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até outubro de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,15% a 0,29% ao ano.

15. Obrigações por Repasses: As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.306.314 (R\$ 1.623.753 em 2019) - nota 24a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até março de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 2,13% a 3,45% ao ano.

16. Outros passivos:

a) Composição de outros passivos financeiros

	2020	2019
Passivo circulante		
Relações interdependências	13.364	9.614
Negociação e intermediação de valores	72.906	82.461
Total	86.270	92.075

b) Composição de outros passivos

	2020	2019
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	108.416	35.225
Impostos e contribuições a recolher	42.153	12.949
Provisão para despesas de pessoal	15.403	14.004
Outros	7.426	3.810
Subtotal	173.398	65.988

	2020	2019
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	4.583	886
Subtotal	4.583	886
Total	177.981	66.874

17. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a) Ativos contingentes:

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. **b) Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o. O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisões para contingências", no passivo não circulante. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 21.426 (R\$ 26.338 em 2019). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza cível e fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 13.801 (R\$ 10.929 em 2019), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.344 (R\$ 5.294 em 2019) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 6.159 (R\$ 5.635 em 2019), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c) Obrigações legais:** O processo principal no montante de R\$ 19.046 (R\$ 18.812 em 2019), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

Provisão para contingências	2020				2019
	Trabalhistas	Fiscais	Legais	Total	Total
Saldo inicial	494	2.850	23.837	27.181	26.481
Constituição	764	-	112	876	197
Atualização	32	37	402	471	754
Reversão	-	-	-	-	(251)
Total	1.290	2.887	24.351	28.528	27.181

Depósitos Judiciais	2020				2019
	Trabalhistas	Fiscais	Legais	Total	Total
Saldo inicial	51	13.666	24.647	38.364	37.132
Constituição	-	-	104	104	-
Atualização	3	368	424	795	1.232
Total - (nota 11a)	54	14.034	25.175	39.263	38.364

18. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (4.204.886.326 em 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

a) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Em 31 de dezembro de 2020, conforme Ata de Diretoria, foram aprovados para pagamento: (i) Dividendos no valor de R\$ 500 (R\$ 3.000 em 2019). (ii) Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 24.395 (R\$ 51.850 em 2019), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 4.305 (R\$ 9.150 em 2019). O efeito fiscal da distribuição dos juros sobre o capital próprio, reconhecido no resultado do exercício, totalizou R\$ 12.915 (R\$ 24.400 em 2019).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

19. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	125.461	125.461	113.886	113.886
Juros sobre o capital próprio	(28.700)	(28.700)	(61.000)	(61.000)
Adições/(exclusões) temporárias	148.535	148.535	33.217	33.217
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	72.006	72.006	28.037	28.037
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.663	70.663	2.548	2.548
Outras	5.866	5.866	2.632	2.632
Adições/(exclusões) permanentes	6.917	1.822	6.236	848
Base tributável	252.213	247.118	92.339	86.951
Alíquotas	25%	20%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(63.029)	(46.841)	(23.061)	(13.043)
Incentivos fiscais	1.455	-	879	-
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes	(61.574)	(46.841)	(22.182)	(13.043)
Créditos tributários	25.132	20.335	1.684	7.096
Passivo fiscal diferido	12.002	9.601	6.621	530
Total	(24.440)	(16.905)	(13.877)	(5.417)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em		Realização/ Reversão	Saldos em
	31/12/2019	Constituição		
Créditos tributários	56.606	51.951	(6.484)	102.073
Refletido no resultado				
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.220	598	-	12.818
Provisões indedutíveis	5.442	6.576	(4.384)	7.634
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	38.645	33.598	(1.801)	70.442
Provisão para risco de crédito - debêntures	-	201	-	201
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	-	10.368	-	10.368
Outros	299	610	(299)	610
Total	56.606	51.951	(6.484)	102.073
Passivo fiscal diferido	(30.980)	(434)	22.037	(9.377)
Refletido no resultado				
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(21.888)	-	21.888	-
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como negociação	(151)	(122)	149	(124)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8.941)	(312)	-	(9.253)
Refletido no patrimônio líquido	(5.436)	(5.787)	4.961	(6.262)
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como disponíveis para venda	(5.436)	(5.787)	4.961	(6.262)
Total	(36.416)	(6.221)	26.998	(15.639)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças	
	Temporárias	Total
Prazo de realização		
1º ano	6.442	6.442
2º ano	10.626	10.626
3º ano	27.062	27.062
4º ano	22.543	22.543
5º ano	22.573	22.573
6º ano ao 10º ano	12.827	12.827
Total	102.073	102.073
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	84.318	84.318

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

20. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades	2.053	161	165	8.929
BNS	2.053	161	165	8.929
Carteira de câmbio - posição ativa	494.067	9.596	3.723	(10)
BNS	494.067	9.596	3.723	(10)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	3.474	1.948	15.100	12.678
BNS	2.443	983	15.564	12.379
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	11	48	739
Scotiabank Inverlat (México)	-	350	(408)	(506)
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	1.031	604	(4)	81
Scotiabank Peru	-	-	(100)	(15)
Obrigações por empréstimos	(2.139.081)	(569.415)	(224.564)	(71.715)
BNS	(2.139.081)	(569.415)	(224.564)	(71.715)
Obrigações por repasses	(1.306.314)	(1.623.753)	(411.497)	(90.389)
BNS	(1.306.314)	(1.623.753)	(411.497)	(90.389)
Carteira de câmbio - posição passiva	(495.070)	(9.564)	(4.476)	46
BNS	(495.070)	(9.564)	(4.476)	46
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	126	-
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	-	-	17	-
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	109	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 13.030 (R\$ 13.210 em 2019), sendo formadas por R\$ 8.377 (R\$ 8.373 em 2019), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 4.653 (R\$ 4.837 em 2019), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21. Pagamento baseado em ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 3.147 (R\$ 1.896 em 2019) e a quantidade total de ações é de 35.994 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,2854 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 3.347 (R\$ 2.382 em 2019). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 4.270 (R\$ 2.395 em 2019) e a quantidade total de ações é de 42.149 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,2854 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 3.639 (R\$ 2.824 em 2019). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 31 de dezembro de 2020, devido a sua extinção, não houve passivo provisionado para este plano (R\$ 492 em 2019), apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 108 (R\$ 257 em 2019).

22. Benefícios a empregado pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 858 (R\$ 814 em 2019). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica

e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23. Índice de Basileia e Limites Operacionais: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nas diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Banco é de 19,06% (27,20% em 2019), o Patrimônio de Referência de R\$ 1.149.386 (R\$ 1.094.897 em 2019) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 482.536 (R\$ 322.065 em 2019). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes períodos.

24. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas: Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
Operações de crédito				
NCE - (nota 9a)	1.306.314	1.623.753	571.987	69.227
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior - (nota 15)	(1.306.314)	(1.623.753)	(571.987)	(69.227)
Resultado líquido				
	-	-	-	-

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677. **b) Outras receitas/despesas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2020, referem-se substancialmente: (i) "Outras receitas operacionais", a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos, prêmio de debêntures e reversão de provisões operacionais; (ii) "Outras despesas operacionais", a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, e provisão passiva de contingências fiscais. **c) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras:** Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

	2020	2019
	2º	
	Semestre	Exercício
d) Resultado recorrente e não recorrente		
Lucro líquido do semestre/exercício	36.126	84.116
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	-	(2.040)
Lucro líquido recorrente	36.126	82.076

25. Eventos subsequentes: Em 11 de fevereiro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização de funcionamento, pelo Banco Central do Brasil, da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo.

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Interna: O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses

trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Auditoria Externa: O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações Financeiras: O Comitê analisou as Demonstrações Contábeis em conjunto com as Notas Explicativas, relativas ao 2º semestre de 2020 e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão: O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste Relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554 e nº 3.198 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria

Paulo André Campos Bernardo

Alexandre Hideo Yoda

Antonio Pianucci

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo – SP.

T: (11) 2202.8100
br.scotiabank.com